

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.237 - PR (2013/0320401-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ  
**ADVOGADOS** : PEDRO HENRIQUE XAVIER E OUTRO(S) - PR006511  
LUCIANO GIACOMET E OUTRO(S) - PR029376  
**RECORRIDO** : RODONORTE CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S/A  
**ADVOGADO** : ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO E OUTRO(S) - PR016601  
**INTERES.** : ESTADO DO PARANÁ  
**PROCURADOR** : MARIA MARTA RENNER WEBER LUNARDON E OUTRO(S) - PR008178  
**INTERES.** : UNIÃO  
**REPR. POR** : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ILEGITIMIDADE ATIVA DO DER/PR PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA OBJETIVANDO REAJUSTE DE TARIFAS DE PEDÁGIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 18 DA LEI 7347/85. CONDENAÇÃO DO AUTOR APENAS QUANDO DEMONSTRADA MÁ-FÉ.

1. Ressente-se de legitimidade para mover ação civil pública o DER/PR, objetivando a proteção dos direitos dos usuários das rodovia, na medida em que ele próprio tem o poder fiscalizatório de regular a prestação de tal serviço no Estado do Paraná. Precedente do STJ.

2. Nos termos do art. 18 da Lei nº 7.347/85, a condenação do autor da ação civil pública ao pagamento dei honorários advocatícios apenas é permitida quando comprovada a má-fé, o que não ocorre no caso" (fl. 1.744e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 1.750/1.759e), os quais restaram rejeitados (fls. 1.765/1.771e). Opostos novos aclaratórios (fls. 1.773/1.775e), foram acolhidos para indeferir pedido de suspensão do feito por 180 dias.

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos **arts. 535 do CPC/73**,

**1º, 5º, da Lei 7.347/85, 6º, 22 e 81 do CDC**, sustentando omissões no acórdão recorrido acerca do requisito "pertinência temática" e dispositivos do CDC. Defende, também, ser parte legítima para propor Ação Civil Pública pretendendo o reajuste de tarifas de pedágio, bem como o cabimento da via eleita.

Por fim, requer o provimento do recurso.

Sem contrarrazões (fls. 1.805/1.806e, 1.808/1.809e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 1.829/1.830e).

O Ministério Público Federal, em parecer de lavra da Subprocurador-Geral da República, FLÁVIO GIRON, opinou pelo desprovimento do Recurso (fls. 1.876/1.880e).

A irresignação merece prosperar.

O provimento do Recurso Especial por contrariedade ao art. 1.022, II, do CPC/2015 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, os seguintes motivos: **(a)** que a questão supostamente omitida tenha sido invocada na Apelação, no Agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuide de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; **(b)** a oposição de Aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanar a omissão em relação ao ponto; **(c)** que a tese omitida seja fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderá conduzir à sua anulação ou reforma; **(d)** a inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão.

Tais requisitos são **cumulativos** e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

**In casu, entendendo presentes tais pressupostos a evidenciar a patente violação do art. 1.022, II, do CPC/2015.**

Isto porque, da análise do acórdão recorrido, verifica-se que, não obstante a alegação no bojo dos Embargos de Declaração (fls. 1.750/1.759), onde o recorrente requer manifestação acerca do disposto na Lei 11.448/2007, bem como sobre a tese de que usuários de rodovias também seriam consumidores, frente ao disposto nos artigos 6º, 22 e 81 do CDC, observo que o Tribunal de origem não examinou tais alegações, limitando-se a concluir pela ilegitimidade ativa da autarquia, por falta de pertinência temática.

Portanto, tendo ocorrido omissão acerca do exame de questão invocada nos Aclaratórios opostos na origem, apontando as referidas omissões, furtando-se, o Tribunal de origem, mesmo assim, a se manifestar acerca dos referidos pontos, os quais possuem relevância, somado à inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente à manutenção do acórdão regional, **impõe-se acolher a preliminar de violação do art. 1.022, II, do CPC/2015**, para determinar o retorno dos autos para que seja sanada a

omissão apontada.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, para anular o acórdão exarado no julgamento dos Aclaratórios, a fim de que outro seja proferido em seu lugar, sanando as omissões apontadas.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

